



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO  
GABINETE DO 13º OFÍCIO**

**PORTARIA DE PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO Nº 1/2018-  
HAM/PR/MA, de 22 de novembro de 2018**

O Ministério Público Federal, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 75/93:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, *caput*);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, *caput*, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, *caput*, III);

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência (CF, art. 23, *caput*, II);

CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (CF, art. 197);

CONSIDERANDO que se, por um lado, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada (CF, art. 199), por outro, a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros (CF, art. 173, § 4º);

CONSIDERANDO que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da livre concorrência e da defesa do consumidor (CF, art. 170, *caput*, IV e V);

CONSIDERANDO que, como agente normativo e regulador da atividade

econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (CF, art. 174, *caput*);

CONSIDERANDO que a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular (CF, art. 173, § 5º);

CONSIDERANDO que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor (CF, art. 5º, *caput*, XXXII);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a proteção dos interesses econômicos do consumidor e deve atender, entre outros princípios, aos da ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor e da coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo (CDC, art. 4º, *caput*, II e VI);

CONSIDERANDO que é direito básico do consumidor a proteção contra métodos comerciais desleais (CDC, art. 6º, *caput*, IV);

CONSIDERANDO que constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (i) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; (ii) dominar mercado relevante de bens ou serviços; (iii) aumentar arbitrariamente os lucros; e (iv) exercer de forma abusiva posição dominante (art. 36, *caput*, I a IV, da Lei nº. 12.529/11);

CONSIDERANDO que, dentre outras práticas, na medida em que configurem hipótese prevista no *caput* do art. 36 da Lei nº. 12.529/11, caracterizam infrações da ordem econômica: (i) acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma os preços de bens ou serviços ofertados individualmente e (ii) promover, obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes (art. 36, § 3º, I, "a", e II, da Lei nº. 12.529/11);

CONSIDERANDO os elementos de informação colhidos no Inquérito Civil nº. 1.19.000.001678/2018-96, que apurou suposto abuso na fixação dos preços de medicamentos e materiais hospitalares cobrados por parte dos hospitais credenciados em face dos planos de saúde, no Estado do Maranhão, na medida em que os nosocômios estariam fixando seus preços com base em tabelas dos índices SIMPRO e BRASÍNDICE, que seriam bem acima do real preço de aquisição dos hospitais, em prejuízo dos consumidores usuários de planos de saúde.

CONSIDERANDO que, nos autos do Inquérito Civil nº. 1.19.000.001678/2014-96, foram emitidas as Recomendações nº. 09/2018/GAB/HAM/PR/MA e nº. 10/2018/GAB/HAM/PR/MA, respectivamente à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - Cmed e à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;

CONSIDERANDO que houve respostas positivas às recomendações por parte dos recomendados no sentido de colher subsídios sobre os fatos, discutir as soluções e avaliar a necessidade de revisão e/ou aprimoramento da regulação do setor, inclusive tendo sido criada

para tais fins, no âmbito da ANS, a Câmara Técnica de Contratualização e Relacionamento com Prestadores - Catec (Diário Oficial da União, 16 de outubro de 2018, seção 1, p. 42), a qual também é integrada pela Cmed.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos desenvolvidos ANS, Cmed e Catec na fiscalização e regulamentação dos preços de medicamentos e materiais hospitalares pactuados entre estabelecimentos de prestação de serviços à saúde e operadoras de planos de assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo deverá ser instaurado por portaria sucinta, com delimitação do seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil, conforme dispõe o art. 9º da Resolução nº. 147/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar procedimento administrativo com vistas ao acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Agência Nacional de Saúde e pela Câmara de Medicamentos de Regulação do Mercado de Medicamentos - Cmed no âmbito dos trabalhos da Câmara Técnica de Contratualização e Relacionamento com Prestadores - Catec (Diário Oficial da União, 16 de outubro de 2018, seção 1, p. 42), notadamente quanto aos aspectos da contratualização entre operadoras de planos de saúde e os estabelecimentos prestadores de serviços a envolver a presença de indexadores e outros índices não oficiais na avaliação dos medicamentos e demais insumos utilizados durante a prestação de serviços.

§ 1º Registre-se como interessadas a Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS e a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - Cmed.

§ 2º Registre-se como assunto "930106 - Assistência Médica Externa/Plano de Saúde" e como grupo temático "3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF".

Art. 2º Para instruir o presente feito, determino:

- Junte-se cópia integral do inquérito civil nº. 1.19.000.001678/2014-96;

Art. 3º **Publique-se** esta Portaria no portal do Ministério Público Federal na *internet*.

Art. 4º **Comunique-se** à Egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal deste ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Art. 5º **Designo** a servidora Mariana Pavan Pereira, Assessora Nível II, para atuar neste Inquérito Civil como secretária, enquanto lotada neste 13º Ofício.

Art. 6º **Providencie-se** os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, notadamente para que o Núcleo de Tutela Coletiva (NTC) atualize a autuação quanto ao resumo dos fatos, partes, assunto/tema, município e prazos de tramitação.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado digitalmente)  
HILTON ARAÚJO DE MELO  
Procurador da República